

Situação mundial e brasileira da cultura da pêra

Ivan Dagoberto Faoro, Roque Hentschke
e Shigeru Shiba

A pêra é uma fruta cosmopolita. Os continentes com maior produção de pêra são a Ásia e a Europa, sendo que a China (5.615 mil toneladas), Itália (937 mil toneladas) e os EUA (819 mil toneladas) foram os países que apresentaram as maiores produções em 1996. A produção chinesa, no quinquênio 1990-95, aumentou em 126%; na América do Sul, o aumento ficou em 72% no Chile e 52% na Argentina, enquanto no Brasil foi de somente 12%.

A Europa, em 1993, destacou-se como a maior exportadora mundial de pêra, com 41,8% do total das exportações mundiais, seguida pela América do Sul (24,3%) e pela Ásia (10,8%) (1). Já em 1995, os países que apresentaram as maiores participações nas exportações mundiais foram: Argentina (222.403t), África do Sul (150.000t), Bélgica (148.372t) e Chile (146.841t) (2). O país que mais importou pêra foi a Alemanha (161.292 t), seguida pelo Brasil (3).

Na América do Sul, em 1996, os maiores produtores de pêra foram a Argentina (320 mil toneladas) e o Chile (250 mil toneladas), cujas produções são voltadas basicamente para a exportação. Estes valores ressaltam o avanço de produção e exportação obtido pelo Chile, onde a área de plantio apresentou forte incremento, passando de 3.300ha em 1980 para, aproximadamente, 17.500ha em 1995 (4).

Na Argentina, maior produtor de pêra do Hemisfério Sul, com cerca de 15 mil hectares plantados, as províncias de Rio Negro, Neuquén e Mendoza destacam-se como as de maior produção, sendo a colheita rea-

lizada de janeiro a março. As exportações para o Brasil concentram-se principalmente de fevereiro a maio. Do total de 448.257t da produção argentina, em 1995, 49,6% foram exportados, 19,4% foram consumidos no mercado interno e 31% foram processados/enlatados (4).

As cultivares mais plantadas variam conforme os países. No ocidente são mais cultivadas as pereiras do tipo européia (*Pyrus communis*) e nos países orientais, as do tipo asiática (*Pyrus pyrifolia*, *P. ussuriensis*, *P. bretschneideri* e seus híbridos) (5).

Nos países da Comunidade Econômica Européia, a cultivar mais plantada é 'Conference', com 21,0% da produção, seguida por 'Williams', com 11,9%, 'Blanquilla', com 10,0%, 'Abate Fetel', com 9,5%, 'Jules Guyot', com 6,7%, e 'Comice', com 6,5%. Nos EUA, são mais plantadas a 'Williams', com 52,8% da produção, 'd'Anjou', com 35,5%, 'Bosc', com 9,3%, e 'Comice', com 0,7% (2). Na Nova Zelândia, são mais plantadas 'Bosc', 'Comice', 'Taylor's Gold', 'Packham's Triumph' e 'Winter Nelis'. No Chile, a 'Packham's Triumph', com 37,4%, 'Beurre Bosc', com 23,7%, 'Red Sensation', com 11,4%, e 'd'Anjou', com 4,9% (3). No Japão, as mais plantadas são 'Kousui', com 36,8% da área, 'Housui', com 22,0%, e 'Nijisseiki', com 20,2%. Na Argentina, a 'Williams', com 42% da área, 'Packham's Triumph', com 32%, e 'd'Anjou', com 10% (4).

No Brasil, as cultivares de alta qualidade mais plantadas, do tipo européia, são a 'William's', a 'Max Red Bartlett' e a 'Packham's Triumph'. As do tipo asiática mais plantadas são as

cultivares Nijisseiki, Housui (6), Kousui, Oku Sankichi e Atago. São cultivados também clones do tipo pêra d'água e do tipo pêra dura ('Kieffer', 'Smidt'), além da 'Garber' e 'Ya Li'. Nos últimos cinco anos, está crescendo no sul do país, principalmente em Santa Catarina, o plantio de 'Nijisseiki' e 'Housui'.

Situação no Brasil

O cultivo da pereira de alta qualidade no Brasil, em escala comercial, ainda é pequeno. Em 1993, na Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – Ceagesp, as peras de origem nacional comercializadas representaram somente 1,75% das importadas (2). As pequenas áreas de plantio estão localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O plantio de cultivares de baixa qualidade tem favorecido as importações de pêra fresca (Tabela 1), principalmente da Argentina e do Chile. Da Argentina são importadas mais de 85% da pêra consumida no Brasil.

A pêra *in natura* foi o segundo produto no dispêndio com importações de frutas pelo Brasil e a consequência disto é a evasão de divisas. O valor total com importações de pêra situou-se em 46.137,4 milhões de dólares em 1990, passando a 91.674,6 milhões de dólares em 1997, e em 1998 reduziu para 58.974 milhões de dólares (Tabela 1).

Dentre as cultivares importadas, a 'd'Anjou' é a mais comum e o seu preço geralmente é maior que o da maçã. As cultivares Williams e

Pêra

Packham's Triumph apresentam preços inferiores aos da 'd'Anjou', sendo que a 'Williams' é comercializada durante a safra brasileira de maçã e a 'Packham's Triumph', na entressafra.

Nos dias atuais, em virtude principalmente da maior estabilidade da economia brasileira, da desvalorização do dólar frente ao real, do aumento da produção mundial de frutas e da melhor qualidade da pêra importada em relação à nacional, verifica-se o aumento da demanda de frutas e, como consequência, o mercado brasileiro tem importado mais peras frescas. Tal fato provocou a redução das vendas do produto de origem nacional. Por isso, a pêra a ser produzida no Brasil deve apresentar qualidade pelo menos semelhante à da importada.

O alto valor de venda da fruta importada ao consumidor e a baixa qualidade das peras produzidas no Brasil são as causas prováveis do baixo consumo aparente *per capita* brasileiro, estimado em 0,5kg/ano. No entanto, se for considerada a quantidade de pêra importada em 1997 e 1998, o consumo aparente *per capita* situou-se em 1,0 e 0,8kg/ano, respectivamente. Em termos de variações de preço das peras do tipo d'água produzidas no Brasil, entre os anos de 1992 e 1996, têm sido obtidos na Ceagesp, São Paulo os valores entre 0,68 dólar a 1,89 dólar/Kg, ficando a média em 1,05 dólar/kg.

No Estado de São Paulo, a cultura teve o seu apogeu na década de 30, destacando-se os municípios de São Roque e Guarulhos, onde predominaram as cultivares do tipo d'água ('Branca', 'Bela Aliança', 'Joaquina', 'D'água

de Valinhos' e 'Branca de São Roque'), 'Madame Sieboldt' (= 'Francesa', 'Grazzine' e 'Branca Francesa'), 'Kieffer' e 'Smith'. Estas duas últimas são conhecidas também como 'Parda', 'Outono', 'Inverno' e 'D'água de Outono'. As cultivares do tipo europeu até então plantadas, devido à baixa qualidade e ao consequente baixo retorno econômico, apresentaram declínio em seu plantio. Na década de 50 os japoneses introduziram as primeiras pereiras asiáticas, como a 'Choujuurou', 'Oku Sankichi' e 'Imamura Aki' na região de Presidente Prudente e, mais tarde, a 'Ya Li' em Campos do Jordão (7). Em 1995, a estimativa da área total de plantio era de 482ha (8).

Posteriormente, no Estado de São Paulo, foram plantadas cultivares desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas, destacando-se as cultivares Tenra, Triunfo e principalmente a Seleta, que eram enxertadas em porta-enxerto de marmeleiro 'Portugal' ou comum. Esses pomares apresentaram incremento no final da década de 70 e início da década de 80, porém, por falta de tecnologia, qualidade para competirem com as frutas importadas e principalmente com as frutíferas de retorno econômico mais rápido, como pessegueiro, ameixeira, videira, caquizeiro, goiabeira e figueira (7), parte dos mesmos foram abandonados ou erradicados, não havendo, em consequência, a expansão da cultura da pereira. Em 1987 o Instituto Agrônomo de Campinas - IAC lançou as cultivares Primorosa e Centenária.

Nesse Estado, existem iniciativas isoladas de plantio de pereira asiática

por parte de produtores japoneses, mesmo em pequena escala, principalmente nos municípios de Araçatuba, Jaboticabal, Lutécia, Marília, Mirandópolis, Narandiba, Presidente Prudente (Espigão), Rancheira, Piraporzinho e Santa Fé do Sul, além de Botucatu, São Miguel do Arcanjo, Ibiúna e Holambra. As principais cultivares são Atago e Oku Sankichi, seguidas por Housui e Kousui. As principais polinizadoras são 'Pêra d'Água' e 'Kieffer', mas, em alguns dos pomares, não existe nenhuma cultivar polinizadora, o que certamente proporciona baixas produções. Os porta-enxertos utilizados são *P. pyrifolia*, *P. betulaeifolia* ("Manchu mamenashi"), *Pyrus calleryana* ("Taiwan Mamenashi"), 'kieffer' e 'pêra d'Água'.

No Estado do Paraná existem poucos produtores de pêra. Destacam-se as áreas de plantio com aproximadamente 105ha (8), principalmente nos municípios de Araucária, Campina Grande do Sul, Contenda, Castro, Rolândia, Santa Mariana, Porto Amazonas, Ponta Grossa e Palmas. A principal cultivar é a Ya Li, seguida por clones de pêra d'água, 'Oku Sankichi', 'Atago', 'Cascatense' e 'Housui'. Destaca-se que tem crescido o plantio desta última. As principais polinizadoras são 'Kieffer', 'Tsu Li' e 'Pêra d'Água'. Os porta-enxertos mais utilizados são 'Kieffer' e 'Pêra d'Água', mas em Castro existem pés francos de 'Ya Li' ou enxertados sobre 'Pêra Dura'.

No Rio Grande do Sul, em 1994, existiam cerca de 1.170ha cultivados com pereira. O município de Veranópolis, localizado na região serrana, onde a média de horas de frio $\leq 7,2^{\circ}\text{C}$ situa-se entre 450 e 500 horas, apresenta potencial para plantio de cultivares com média exigência em frio hibernal.

No Estado de Santa Catarina, em 1998, a área de plantio foi de 245,8ha. Destes, somente 57,1ha foram plantados com cultivares do tipo japonesa, principalmente nos municípios de Frei Rogério e Campo Belo do Sul, com, respectivamente, 18 e 14ha.

A estagnação da área plantada de pereira no Brasil deve-se certamente

Tabela 1 - Quantidade, valor, consumo aparente habitante e preço médio da pêra in natura importada pelo Brasil, em cinco anos

Descrição	Ano				
	1990	1993	1996	1997	1998 ^(B)
Quantidade (t)	86.700	85.685	330.901	162.194	116.933
Valor (1.000 US\$ FOB)	46.137,4	42.803,0	98.344,3	91.674,6	58.974,0
Consumo aparente hab./ano (kg) ^(A)	0,6	0,6	2,0	1,0	0,8
Preço médio (US\$ FOB/kg) ^(A)	0,5	0,5	0,3	0,56	0,5

(A) Estimativa considerando somente a quantidade e o valor da pêra importada.
 (B) Informativo SBF, 1999.
 Fonte: Decex/Cacex, 1998.

à baixa qualidade e produtividade obtida, devido à falta de material genético de qualidade, adaptado às condições agroclimáticas do país (2), além de escassas informações sobre tratamentos culturais adequados à cultura. Outro fator preocupante são as perdas pós-colheita durante a comercialização da pêra, sendo que em 1991/92, na cidade de São Paulo, situou-se em 10%.

Literatura citada

1. MAIA, M.L.; AMARO, A.A.; GONSALEZ, J.S.; SOUZA, S.A.M. Produção e mercado de pêra e pêssego no Brasil. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.26, n.2, p.33-48, 1996.
2. *WORLD Pear Review*. Pullman: Belrose, 1998. 77p.
3. YURI, J.; TORRES, C. Pear production in Chile: growing areas, cultivars, exports and profitability. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON PEAR GROWING, 7., 1997, Talca, Chile. *Abstracts...*, Talca, Chile 1997. p.14.
4. GARRIZ, P.I.; BILDER, E.A. The pear industry in Argentina. *Chronica Horticulturae*, v.37, n.2, p.6-7, 1997.
5. FAORO, I.D. Cultivo da pereira no mundo. *Agropecuária Catarinense*, Florianópolis, v.4, n.2, p.28-29, 1991.
6. FACHINELLO, J.C. Situazione e prospettive della frutticoltura temperata in Brasile. *Rivista di Frutticoltura*, n.3, p.39-44, 1998.
7. CAMPO-DAL'ORTO, F.A.; OJIMA, M.; BARBOSA, W.; RIGITANO, O.; MARTINS, F.P.; CASTRO, J.L.de; SANTOS, R.R.de; SABINO, J.C. *Varietades de pêra para o Estado de São Paulo*. Campinas: Instituto Agrônomo, 1996, 34p. (Boletim Técnico, 164).
8. MONDIN, V.P. *Frutas de clima temperado: situação da safra 1997/98, previsão da safra 1998/99*. Videira, SC: Epagri/E.E. Videira, 1998, 16p.

Ivan Dagoberto Faoro, eng. agr. M.Sc., Cart. Prof. 4.699-D, Crea-SC, Epagri/Estação Experimental de Caçador, C.P. 591, fone (0XX49) 663-0211, fax (0XX49) 663-3211, 89500-000 Caçador, SC; **Roque Hentschke**, eng. agr. M.Sc. Cart. Prof. 535-D, Crea-SC, Epagri, C.P. 502, fone (0XX48) 239-5533, fax (0XX48) 239-5597, 88034-901 Florianópolis, SC e **Shigeru Shiba**, eng. agr. Agência de Cooperação Internacional do Japão - Jica, Epagri/Estação Experimental de Caçador, C.P. 591, fone (0XX49) 663-0211, fax (0XX49) 663-3211, 89500-000 Caçador, SC, e-mail: epagri@unc-cdr.rct-sc.br.



Bovinocultura catarinense: análise dos indicadores¹

Ulisses de Arruda Córdova, José Antônio Ribas Ribeiro e Mário Luiz Vincenzi

Os indicadores referentes a bovinocultura normalmente utilizados por instituições públicas e privadas são: desfrute, natalidade, produção de leite, idade da primeira cobertura e idade de abate. Os dados referentes ao Estado de Santa Catarina mostram um desfrute de 11 a 12%, taxa de natalidade de 50%, produção de leite de 1.250kg/vaca/ano, idade da primeira cobertura de 36 meses e idade de abate de novilhos de 42 a 48 meses.

Existem divergências em relação a estas informações. No Planalto Catarinense desconhece-se, com raras exceções, criadores que abatem novilhos aos 48 meses, entouram em apenas 3 anos e tenham índices de natalidade de 50%. As propriedades que utilizam registros alcançam indicadores muito mais altos. O programa de Gestão Agrícola da Epagri revela indicadores bem superiores aos citados no parágrafo acima. Mesmo pequenas propriedades, que enfrentam dificuldades de escala, falta de capital e que utilizam um padrão mínimo de tecnologia, alcançam esses índices – considerados como média catarinense.

Esta divergência entre dados oficiais e a realidade não é um problema específico de Santa Catarina. O pesquisador Afonso Simões Corrêa, da Embrapa, Centro Nacional de Pesquisas de Gado de Corte, em 1986, chamava a atenção para a questão, em

nível nacional, e lembra que se não tivesse ocorrido uma evolução dos indicadores técnicos o rebanho brasileiro não poderia crescer, em média, 3% ao ano, como indicam os censos agropecuários realizados entre 1940 e 1980².

Não resta dúvida que a produtividade do rebanho brasileiro é baixa, mas há exagero em se admitir que essa produtividade seja, hoje, a mesma de 30 a 40 anos atrás. Afinal, ao longo desse tempo, o país mudou em todos os setores, diversificou e desenvolveu sua economia e melhorou consideravelmente a infra-estrutura de apoio à produção. Introduziram-se raças de melhor desempenho e novas forrageiras, aumentou-se expressivamente a proporção de pastagens cultivadas; desenvolveu-se a pesquisa agropecuária e a indústria de insumos, ampliando os meios de controle de doenças que provocam perdas no rebanho (...) Dado o caráter extensivo da exploração, pouco se conhece sobre a realidade da nossa pecuária de corte, suas perdas e índices reais de produção (Corrêa, 1986) (1).

A utilização de dados pouco consistentes denigre não apenas a bovinocultura do Estado, mas a imagem dos produtores e profissionais da área. Certamente, a informação de que os indicadores de produtividade estão estagnados há décadas, principalmente quando comparados ao avanço incontestável da suinocultura e

1. Parte da dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Agroecossistemas pelo engenheiro agrônomo Ulisses de Arruda Córdova, junto ao Centro de Ciências Agrárias da UFSC.
2. Nesse período o rebanho brasileiro passou de 34.392.000 para 118.086.000 cabeças.